

O trigésimo quarto número da *ex æquo* é publicado num momento importante para a *Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres* (APEM), que comemora este ano os seus primeiros 25 anos de vida. É, por isso, tempo de reunir sinergias para o trabalho futuro, com a finalidade de prosseguir a *visão* que presidiu à sua fundação: contribuir para uma sociedade com maior equilíbrio entre mulheres e homens em termos dos respetivos acessos a Recursos, Representação e Reconhecimento. Como *missão*, assumiu o dever de estimular e difundir o conhecimento científico produzido nas áreas dos estudos sobre as mulheres, feministas e de género, que consabidamente nos legam um dos pilares fundamentais da sociedade que almejamos.

A APEM tem cumprido a sua missão através da realização de projetos de natureza variada (de produção e de difusão de conhecimento) e, em especial, através da publicação da *ex æquo*. Não tem sido fácil viver bem estes vinte e cinco anos e, como tem sido sublinhado em anteriores editoriais, é cada vez mais difícil a sobrevivência da *ex æquo* no contexto da academia cada vez mais neoliberal e menos humanista.

Com este número, o 34, damos passos importantes para garantir que celebraremos os próximos aniversários relevantes (o trigésimo aniversário da APEM, em 2021, e o quarto de século da *ex æquo*, em 2024...). Como se reparará, os artigos passaram a incluir a sua identificação digital (DOI: *digital object identification*), o que nos permitirá estar mais visíveis no mundo do livre acesso, já que estamos agora em condições de ser aceites numa nova plataforma (DOAJ: *Directory of Open Access Journals*). Seguir-se-á a candidatura à Scopus. Vamos continuar a fazer o esforço, até que nos digam que ele não vale a pena.

A APEM vive nas nossas vidas há um quarto de século e os movimentos feministas e de defesa dos direitos das mulheres há muito mais tempo. É por isso incompreensível que ainda hoje se justifique ter como tema central deste número o *Femicídio*. Os textos reunidos revelam-nos a vulnerabilidade das mulheres e meninas, que, nas mais diversas regiões do globo, continuam a ver as suas vidas decepadas às mãos de valores patriarcais, disfarcem-se estes de religiosos, culturais ou outros. Os mecanismos legislativos não estão a ser suficientes para desenraizar as raízes da opressão que mata pessoas, só por serem mulheres.

Na secção de Estudos e Ensaios, incluímos, como é hábito, um texto que traz alguma continuidade ao dossiê temático do último número. Debbie Millard analisa em «Reconciling work and family in the context of boundaryless careers:

academic careers in social sciences and humanities», os desafios de conciliação trabalho/família suscitados pela universidade neoliberal e as suas carreiras sem fronteiras, mostrando as razões por que são de mais difícil superação no caso das mulheres.

Raimundo Sousa, por seu turno, em «Gênero, autoginografia e performatividade em Margaret Skinnider», justifica a escolha da nomenclatura de autoginografia, por contraste com a de autobiografia, muito associada à escrita masculina e ao direito masculino exclusivo da autoria. O autor mostra como no texto *Doing my bit for Ireland* (1917), a militante irlandesa, mediante instrumentalização do vestuário na constituição performativa do gênero, terá ludibriado o monopólio masculino na luta armada para atuar também como combatente.

Em «Boys' and girls' cyberbullying behaviours in Portugal: exploring sex differences in adolescence using gender lenses», Cristina C. Vieira, Armanda Matos, João Amado, Isabel Freire e Margarida Veiga-Simão, investigadores/as das Universidades de Coimbra e Lisboa, analisam os resultados de uma investigação quantitativa. Nele se mostra que as questões da socialização em função das aprendizagens de gênero poderão contribuir para explicar por que razão as raparigas associaram mais do que os rapazes os atos de *cyberbullying* à quebra de laços emocionais, e eles se inclinaram a admitir que usaram a força física para resolver conflitos decorrentes do uso negativo das tecnologias.

As cinco resenhas que encerram este número da revista são referentes a obras publicadas em 2015 e em 2016, e evidenciam de forma clara a transversalidade dos estudos de gênero e a sua interdisciplinaridade. Nesta lista de livros de autores/as de Portugal, da Austrália e de Espanha, as questões de gênero são convocadas para áreas como a ecologia, os *media*, a filosofia e a educação de pessoas adultas. Refira-se ainda que a obra a que é referente a primeira resenha surgiu como um tributo ao primeiro Centro de Investigação em Portugal com financiamento público – *Centro Interdisciplinar de Estudos de Género* (CIEG) – o qual reúne pessoas do país e do estrangeiro que investigam as questões de gênero a partir de diferentes perspetivas e quadros teóricos.